REQUERIMENTO Nº 2836/2022

EMENTA: REQUER À PREFEITURA MUNICIPAL E À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO INFORMAÇÕES ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.959/2017, QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

R067/22GTT

SENHOR PRESIDENTE,

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

CONSIDERANDO que a economia solidária, a nível global, consiste num instrumento de promoção de justiça social e econômica, com potencial para estimular estratégias de desenvolvimento sustentáveis, autogestionárias, gerando emprego e renda para milhões de pessoas, e de acordo com os dados da Aliança Cooperativa Internacional publicados em 2019, existem no mundo 3 milhões de cooperativas das quais as 300 maiores movimentam US$ 2 trilhões por ano, e mantém 1 bilhão de pessoas cooperadas;

CONSIDERANDO que o Brasil conta hoje com 5.314 cooperativas que empregam 427.576 pessoas e movimentaram R$ 494,3 bilhões em 2019, de acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro[1];

CONSIDERANDO a importância da criação de políticas públicas voltadas à economia solidária para enfrentar o desemprego e fomentar a geração de renda em nosso município, através do trabalho realizado por cooperativas, associações e grupos comunitários;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal 13.959, a qual “institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e cria o Programa Municipal de Economia Solidária e dá outras providências" sobre o tema, foi sancionada em 2017, e prevê a criação de diferentes órgãos para implementá-la;

CONSIDERANDO ainda que, durante o ano de 2021, o Fórum Municipal de Economia Solidária iniciou um processo de diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento e Inovação para traçar estratégias conjuntas de implementação da referida lei, e se colocou à disposição do órgão para dar seguimento aos trabalhos, que ainda não se

[1]Relatório disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/100931/1608152662Anuario_2020-vf.pdf.

REQUERIMENTO Nº 2836/2022 - Protocolo nº 12226/2022 recebido em 12/04/2022 09:12:23 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Ramon Fernandes Faustino
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://legislativo2.camararibeiraopreto.sp.gov.br/conferir_assinatura e informe o código FC09-709F-FF95-E45D.

materializaram na regulamentação da lei nem na implementação dos órgãos e dispositivos por ela previstos;

Pelo exposto acima, **REQUEREMOS** na forma regimental, depois de ouvido o plenário, que seja oficiado ao Prefeito Municipal para fornecer as informações acerca das seguintes questões:

I- Como foi feita a transferência da responsabilidade pela implementação e regulamentação da lei da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Inovação e Desenvolvimento? Houve publicação de Decreto ou algum documento oficial? Em caso afirmativo, requeremos o envio anexado à resposta ao presente documento.

II- Existe algum projeto de lei em processo de elaboração, de autoria do executivo, que tenha como objetivo regulamentar a Lei 13.959/2017, o que inclui a criação no âmbito do Programa de Fomento à Economia Solidária dos órgãos (I) Centro Público de Economia Solidária e (II) Centro de Comércio Justo e Solidário, e no âmbito da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária a criação do (III) Conselho Municipal de Economia Solidária e do (IV) Fundo Municipal de Economia Solidária?

III - Considerando que o prazo para regulamentação é de 120 após a sanção da lei já expirou, quais são as consequências para o processo de regulamentação?

IV - Para o ano de 2022, a Secretaria de Inovação e Desenvolvimento possui um cronograma de ações referentes à regulamentação da lei e implantação dos quatro órgãos citados na pergunta anterior? Em caso afirmativo, poderia disponibilizá-lo?

V - Para o período de 2022 a 2025, quanto a Secretaria planeja investir em ações vinculadas à regulamentação e à implementação da referida lei? E para além dela, com a agenda da Economia Solidária na cidade?

Sala de sessões, 12 de abril de 2021.

MANDATO COLETIVO
RAMON TODAS AS VOZES

PSOL

REQUERIMENTO Nº 2836/2022 - Protocolo nº 12226/2022 recebido em 12/04/2022 09:12:23 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Ramon Fernandes Faustino
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://legislativo2.camararibeiraopreto.sp.gov.br/conferir_assinatura e informe o código FC09-709F-FF95-E45D.

REQUERIMENTO Nº 2836/2022 - Protocolo nº 12226/2022 recebido em 12/04/2022 09:12:23 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Ramon Fernandes Faustino
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://legislativo2.camararibeiraopreto.sp.gov.br/conferir_assinatura e informe o código FC09-709F-FF95-E45D.